

DESAFIOS E OPORTUNIDADES: POLÍTICAS DE INCLUSÃO NO MERCADO DE TRABALHO ANGOLANO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

CHALLENGES AND OPPORTUNITIES: INCLUSION POLICIES IN THE ANGOLAN LABOR MARKET FOR PEOPLE WITH DISABILITIES

Cláudio Samuel Caninda Catiavala¹

Pedro Rosas Magrini²

RESUMO

O presente artigo aborda os desafios e as oportunidades relacionados às políticas de inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho angolano, tendo como objetivo compreender os principais desafios e as oportunidades nas políticas públicas de inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. A pesquisa enfatiza a inclusão como um direito humano fundamental e analisa o cenário atual das políticas públicas em Angola, identificando barreiras e explorando caminhos para aprimorar sua eficácia. A metodologia adotada inclui análise documental e revisão de literatura que é uma técnica de pesquisa que possibilita em fazer coleta de dados, interpretar e examinar as informações dos documentos pesquisados, proporcionando uma compreensão ampla das políticas de inclusão existente em Angola para as pessoas com deficiência, foi aplicado um questionário afim de conhecermos a realidade destas pessoas inclusive de familiares que de qualquer forma conhecer a realidade dos seus parentes assim, como compreender os desafios que estas pessoas enfrentam. As conclusões indicam a necessidade de uma fiscalização eficiente de modo que ajude na permanência das pessoas com deficiência no trabalho e reformas políticas que possibilitem uma inclusão efetiva e sustentável. **Palavras-chave:** Inclusão; Deficiência; Angola; Mercado de trabalho.

ABSTRACT

This article addresses the challenges and opportunities related to the inclusion policies for people with disabilities in the Angolan labor market, aiming to understand the main obstacles and opportunities in public policies promoting the inclusion of people with disabilities in the workforce. The research emphasizes inclusion as a fundamental human right and analyzes the current state of public policies in Angola, identifying barriers and exploring ways to improve their effectiveness. The methodology adopted includes document analysis and literature review, which is a research technique that allows data collection, interpretation, and examination of the information from the studied documents, providing a broad understanding of the existing inclusion policies in Angola for people with disabilities. A questionnaire was also applied in order to understand the reality of these individuals, including their family members who, in some way, are familiar with the challenges their relatives face. The conclusions highlight the need for effective oversight to ensure the continued employment of people with disabilities and policy reforms that enable effective and sustainable inclusion.

Keywords: Inclusion; Disability; Angola; Labor market

¹ Discente do curso de Administração Pública pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab). E-mail: catiavala@aluno.unilab.edu.br.

² Orientador, Docente do Curso de Bacharelado em Administração Pública Presencial da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab). E-mail: pedromagrini@unilab.edu.br.

INTRODUÇÃO

Angola é um país situado na África Austral a sul do continente africano, com uma extensão territorial de $1.246.700 \text{ Km}^2$, através da linha da Costeira, acaba permitindo a união como o oceano atlântico numa extensão de 1.650 km e a fronteira terrestre de 4837 km constituído por 18 províncias que, de acordo o censo populacional de 2014, Angola possui uma população de 25 milhões de habitantes (INEA, 2014).

O clima em Angola é caracterizado por duas estações distintas, comumente denominadas época quente e época fria. O país faz fronteira com cinco nações africanas: ao norte, com a República Democrática do Congo; a leste, com a Zâmbia e o Zimbábue; ao sul, com a Namíbia. Além disso, Angola é banhada pelo oceano Atlântico, estendendo-se ao longo das regiões norte, sul e oeste do território, como ilustrado na figura abaixo.

Figura 1 - Mapa de Angola



Fonte: Atlas geográficas (2018)

Após a realização da Conferência de Berlim, entre 1884 e 1885 na qual foram impostas novas fronteiras e se debateu sobre a ocupação do território africano pelas potências mundiais, estabeleceu-se uma divisão histórica e étnica devastadora que acabou afetando profundamente Angola (Rocha, 1999).

Segundo Macedo (2008), os interesses na ocupação da África não eram atribuídos exclusivamente aos portugueses. Outros países, como Inglaterra, Alemanha, Bélgica e França, também mantinham relações comerciais com o continente africano, explorando recursos como ouro, marfim e até mesmo pessoas escravizadas. No entanto, Angola não era, inicialmente, uma colônia de ocupação, mas sim uma importante praça comercial naquele período.

Sendo um dos países africanos mais ricos em recursos naturais, Angola enfrentou duas fases distintas de guerra. A primeira foi contra a dominação colonial portuguesa, marcada por episódios de exploração de terras, trabalho forçado, repressão ditatorial e racismo, culminando na conquista da independência em 11 de novembro de 1975. A segunda fase, caracterizada como uma guerra civil com forte influência da Guerra Fria, prolongou-se até 4 de abril de 2002, data em que foi oficialmente encerrada.

Esses períodos de guerra acarretaram profundas consequências para a população angolana, provocando transformações sociais e políticas significativas. Nesse sentido, Macedo (2008) destaca:

São várias questões enfrentadas que vão desde a estabilização da economia, pacificação dos espíritos marcados por longo período de guerra civil; encontrar caminhos da democracia acompanhada de reformas sociais para diminuir o estado de pobreza que tem assolado todo o país; melhorar as más condições de habitação, sanitárias e ambientais (Macedo, 2008, p. 155).

Como ocorre em muitos países que enfrentaram longos períodos de guerra, o governo angolano tem intensificado os esforços para a reconstrução e o desenvolvimento social, promovendo a união nacional. Para avaliar o progresso dessas ações, é essencial analisar a evolução do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2023/2024), Angola apresenta um IDH de 0,591, ocupando a 150ª posição entre os 193 países avaliados. Esse índice é um importante indicador da qualidade de vida da população, pois considera fatores como o acesso à educação, a saúde e os padrões de vida.

De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2023/2024), entre 1992 e 2022, a esperança média de vida em Angola aumentou de 45,4 para 61,9 anos (RDH, 2022). O relatório também revela que a população angolana possui, em média, 16,5 anos de escolaridade esperada e 12,2 anos de escolaridade média. O rendimento nacional bruto (RNB) per capita foi estimado em 5.328 dólares internacionais, considerando a paridade do poder de compra. Apesar dos avanços apresentados, ainda é evidente a existência de desigualdades sociais significativas no país, especialmente em relação à distribuição de renda. O próprio IDH reflete essa disparidade, sendo de 0,546 para as mulheres e 0,605 para os homens (PNUD, 2023/2024).

O processo de reconstrução social e política após o período de guerra em Angola integra as diretrizes do programa de governo. Os conflitos armados deixaram marcas profundas na população, resultando não apenas em perdas humanas e materiais significativas, mas também no aumento do número de pessoas com deficiência (PcD) no país. No entanto, a elaboração e a efetiva implementação de políticas públicas voltadas às PcD ainda representam um grande

desafio. A garantia de direitos, paz e segurança depende de fatores essenciais, como a unificação nacional e a inclusão plena de todos os cidadãos. Somente por meio desses esforços será possível alcançar uma sociedade verdadeiramente igualitária em Angola.

Diante do que foi apresentado, a pesquisa tem como objetivo analisar e compreender os principais desafios e oportunidades nas políticas públicas de inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho angolano. Considerando os objetivos propostos, adotou-se como metodologia a pesquisa mista. Essa abordagem combina métodos qualitativos e quantitativos (Creswell et al., 2013).

METODOLOGIA

Para a realização da pesquisa, utilizou-se análise documental e revisão de literatura como artigos, jornais, artigos científicos, carta magna e constituição. Conforme Gil (2019), a análise documental consiste em um procedimento que possibilita a coleta e a interpretação das informações isto, através de vários documentos.

A busca pelo conhecimento sempre esteve ligada à tentativa de resolver problemas presentes no entorno do indivíduo, bem como à compreensão do espaço em que vive, inclusive no contexto social. O conhecimento empírico, em geral, é caracterizado por ser construído com base na experiência pessoal, diferindo do conhecimento filosófico, que emerge da necessidade humana de refletir sobre o saber e o conhecer.

De acordo com Gil (2008), um estudo baseado em entrevistas permite a interação social de forma estruturada, na qual duas pessoas dialogam: uma atua como fonte de informação e a outra como coletora dos dados. Já a coleta de dados por meio de questionários é apresentada como uma série de perguntas previamente selecionadas com o objetivo de facilitar a obtenção de informações (Lakatos et al., 2003).

Diante disto, utilizou-se um formulário com perguntas argumentativas e de seleção aberta, onde cada participante poderia responder de acordo o conhecimento sobre as políticas de inclusão existente, este formulário possibilitou ultrapassar barreiras geográficas e compreender a realidade de pessoas com deficiência e também permitiu a interação com familiares de pessoas com deficiência.

A princípio idealizou-se a aplicar o formulário para 10 pessoas com deficiência, 10 empregadores e 7 agentes públicos, mas infelizmente devido o acesso com estas pessoas e por se tratar de um assunto sensível na sociedade angolana, foi então que se determinou a incluir a experiência de familiares de pessoas com deficiência acabando totalizar 35 participantes na

pesquisa, apesar deste número de participantes, nem todos responderam as demais perguntas, conforme se vê nos gráficos das respostas.

O DIREITO A INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Quando se pensa em inclusão, remete-se a práticas que visam garantir a todas as pessoas oportunidades equitativas de participação no desenvolvimento econômico e social, independentemente de suas diferenças sejam elas étnicas, de gênero, de orientação sexual, de idade ou de habilidades. Ao abordar a inclusão no mercado de trabalho, isso implica, em certa medida, a criação de um ambiente acessível a todos, bem como a adoção de políticas que proíbam qualquer forma de discriminação, promovendo assim um espaço de igualdade e oportunidades justas de emprego.

O conceito e a descrição dos direitos das pessoas com deficiência são assegurados tanto em âmbito internacional quanto nacional, geralmente por meio das Constituições e de tratados específicos. No plano internacional, o principal instrumento normativo é a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, firmada no âmbito da Comissão de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU). Essa Convenção, em seu artigo 1º, estabelece que:

Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (Carta das Nações Unidas, 2006, p. 28).

Ao longo da história, de modo geral, as pessoas com deficiência foram submetidas a diversos tipos de tratamento discriminatório na sociedade. A deficiência era frequentemente associada a uma maldição ou castigo divino. Esse entendimento resultava, quase sempre, em exclusão social e segregação (Silva, 1987). Tal cenário representava um grande desafio, uma vez que, independentemente de suas características, as pessoas com deficiência eram privadas de participar de decisões sociais e eram constantemente vistas como incapazes, sendo, em muitos casos, até mesmo condenadas à morte.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2006), a deficiência é caracterizada, em geral, por impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial. Esses impedimentos, quando enfrentados em uma sociedade que ainda impõe barreiras estruturais e atitudinais, dificultam a plena inclusão das pessoas com deficiência. Historicamente, essas pessoas foram excluídas dos processos de tomada de decisão, tendo suas necessidades e direitos frequentemente ignorados em função de sua condição. Essa exclusão sistemática reforçou a marginalização social.

Com o tempo, começaram a surgir discussões sobre a integração das pessoas com deficiência, mas ainda distantes de um modelo efetivo de inclusão. O respeito aos direitos e à dignidade dessas pessoas era frágil, e, na ausência de políticas inclusivas, cabia a elas tentarem se adaptar a uma sociedade moldada para os padrões considerados "normais". Diante disso, a inclusão das pessoas com deficiência deve ser tratada como uma demanda urgente e uma prioridade social, a fim de garantir igualdade de direitos e oportunidades a todos os cidadãos.

No ano de 2006, tendo em conta o alto nível de desigualdade, a ONU estabeleceu formas de inclusão, isto através da Convenção sobre os Direitos das pessoas com deficiência onde afirmou ser que, o acesso ao mercado de trabalho em igualdade com as pessoas com deficiência é um direito como para qualquer pessoa da sociedade.

O DIREITO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA SOCIEDADE ANGOLANA: AVANÇOS NORMATIVOS

Em África ainda existe uma necessidade de inclusão devido às devastações deixadas pelo período colonial, assim como vários estudos mencionam uma grande necessidade de discussões inclusivas em relação às políticas públicas de empregabilidade (Fernandes et al., 2019).

O processo de guerra em Angola, foi a causa de inúmeras mutilações, deixando várias pessoas com deficiência e a razão de políticas públicas inclusivas deveriam ser uma prioridade, mas infelizmente ainda existem falhas na implementação destas políticas na prática tendo em conta os variados desafios como económicos, culturais e sociais. É necessário promover campanhas de sensibilização e educação a fim de auxiliar na percepção e até mesmo banir os preconceitos das pessoas com deficiência dentro da sociedade angolana.

Com base na Constituição da República de Angola (CRA) de 2010, reforça-se que o Estado se fundamenta não apenas em princípios democráticos e no respeito aos direitos fundamentais, mas também na dignidade da pessoa humana e na vontade soberana do povo. O principal objetivo, conforme estabelecido no texto constitucional, é a construção de uma sociedade democrática, justa, solidária, livre e igualitária, orientada para o progresso social (CRA, 2010).

A questão da inclusão passa a fazer parte da constituição desde o momento que se emprega os termos de igualdade assim com a liberdade de acordo conforme o artigo 23.º (Princípio da Igualdade):

1. Todos são iguais perante a Constituição e a lei.

2. Ninguém pode ser prejudicado, privilegiado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão da sua ascendência, sexo, raça, etnia, cor, deficiência, língua, local de nascimento, religião, convicções políticas, ideológicas ou filosóficas, grau de instrução, condição económica ou social ou profissão (CRA, 2022, p. 28).

É possível compreender que de acordo com a Constituição da República angolana existem normas no geral que estabelecem um tratamento diferenciado para as pessoas com deficiência, assim como também existem leis ordinárias que regem a vida pública e até mesmo social, tudo para a promoção da igualdade e dignidade das pessoas com deficiência.

Uma vez que se não houver uma certa reparação de pessoas com deficiência não será possível analisar aspectos como o resultado das políticas públicas conforme o decreto presidencial de 2010 no seu artigo 19.º com m relação a justiça afirma que (CRA, 2022, p.28):

- a) ratificar as convenções internacionais sobre a problemática da pessoa com deficiência;
- b) criminalização de todas as práticas discriminatória contra a pessoa com deficiência;
- c) elaboração de leis e regulamentos, bem como outros instrumentos legais que visa m tutelar os direitos da pessoa com deficiência;
- d) fiscalização do cumprimento das normas sobre a pessoa com deficiência aprovad as pelos órgãos competentes.

No dia 30 de agosto de 2024, o texto da carta magna angolana completou 13 anos, mesmo assim ainda é notório alto nível de desigualdade dentro da sociedade angolana dos grupos étnicos, sendo que dentre eles estão as pessoas com deficiência. A criação de políticas públicas surge para atender a sociedade e resolver os diversos problemas uma vez que são decisões públicas (Saraiva, 2010). Uma política inclusiva minimizaria a situação da descrimin ação em Angola.

Tabela 1 - População residente e portadora de deficiência por grupos de idade e gênero em Angola, 2014

País e grupos de Idade	<u>Total</u>		<u>Homens</u>		<u>Mulheres</u>	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Angola	656 258	100,0	365 858	100,0	290 400	100,0
0-4 anos	50 786	7,7	26 449	7,2	24 338	8,4
5-14 anos	113 325	17,3	59 789	16,3	53 536	18,4
15-24	108 778	16,6	57 551	15,7	51 227	17,6
25-64	326 390	49,7	192 665	52,7	133 724	46,0
65 ademais anos	56 980	8,7	29 404	8,0	27 575	9,5

Fonte: Adaptação do quadro de deficiência publicado pelo INE, 2016.

De acordo a tabela 1, divulgada pelo o Instituto Nacional de Estatística (INE) de Angola, após o período do censo populacional que teve início em 2014, o número de pessoas com deficiência em Angola é de 656.258 representado por 2,5%, onde 365 858 (56%) são do sexo

masculino e 290 400 (44%) são mulheres incluído crianças, sendo que a maioria das causas da deficiência são consequências das guerras enfrentada no país (INE, 2016).

ANÁLISE DOS DADOS E RESULTADOS

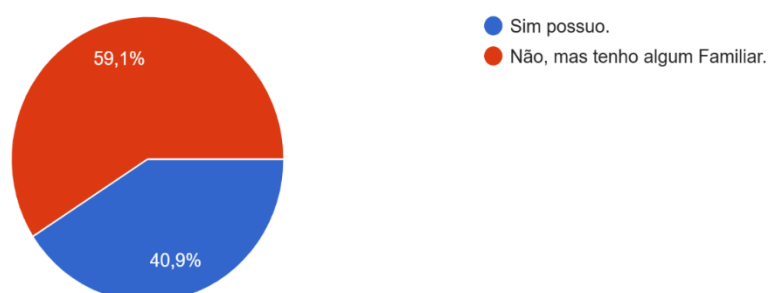
Com base na pesquisa realizada por meio de um questionário virtual, encaminhado a pessoas com deficiência e àquelas que possuem familiares ou amigos com deficiência, foram abordadas questões relacionadas aos desafios, oportunidades e à inclusão no mercado de trabalho em Angola, bem como à existência de políticas públicas, conforme discutido anteriormente. Participaram da pesquisa 26 pessoas, sendo 11 do sexo feminino e 15 do sexo masculino.

A maior parte dos participantes era composta por pessoas com familiares com deficiência. Ainda assim, foi um desafio, pois é possível perceber o desconforto gerado em uma sociedade onde as políticas públicas não são bem implementadas e a inclusão de pessoas com deficiência é deficiente. Por meio do formulário eletrônico aplicado, foi possível identificar o número de pessoas empregadas e realizar uma comparação em relação à existência (ou não) da fiscalização das políticas públicas voltadas às pessoas com deficiência.

As primeiras questões do formulário foram elaboradas com o objetivo específico de coletar dados pessoais, como nome, grau acadêmico, gênero, se a pessoa era ou não uma pessoa com deficiência, ou se possuía um parente com algum tipo de deficiência. Essas perguntas foram obrigatórias, a fim de evitar informações incompletas que pudessem comprometer a qualidade da coleta, e para garantir que cada pessoa respondesse apenas uma vez ao questionário. Cabe destacar que, por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), foi informado que os dados pessoais, como nomes, não seriam divulgados, a fim de preservar a dignidade e o respeito dos participantes.

Gráfico 1 - Pessoas participantes com e sem deficiência

22 respostas

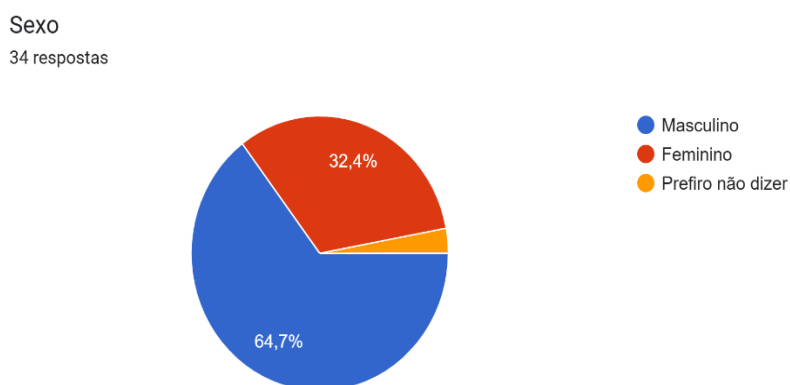


Fonte: Acervo pessoal (2025).

Questionados sobre serem pessoas com deficiência ou se possuíam algum parente com algum tipo de deficiência, foi possível obter o retorno de um total de 22 pessoas, das quais 40,9% responderam ser pessoas com alguma deficiência e 59,1% afirmaram ser familiares de pessoas com algum tipo de deficiência.

O gráfico 2, serviu para identificar a diferença de sexo dos participantes de forma geral, tanto de familiares quanto de pessoas com deficiência. Constatou-se um total de 34 respostas, sendo 64,7% do sexo masculino, 32,4% do sexo feminino e 2,9% de pessoas que optaram por não se identificar. Esses 2,9% são observáveis no formulário aplicado, embora não tenham sido registrados de forma percentual no gráfico demonstrado abaixo, por se tratar de uma única resposta anônima.

Gráfico 2 - Gênero das pessoas que participaram da pesquisa

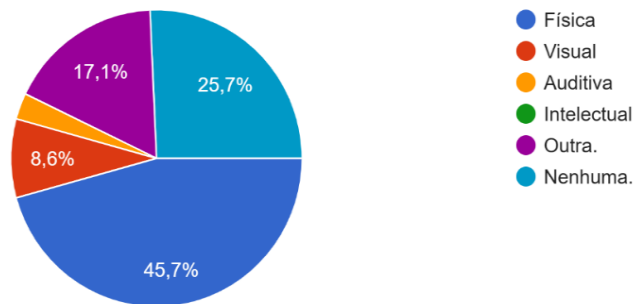


Fonte: Acervo pessoal (2025).

Com relação ao tipo de deficiência, tanto das pessoas com deficiência (PcD) quanto daquelas com parentes PcD, obteve-se um total de 34 respostas conforme o gráfico 3. Destas, 45,7% indicaram “nenhuma”, o que ocorreu devido a um erro de compreensão, pois alguns participantes responderam com base na própria condição, mesmo quando a pergunta se referia aos seus familiares com deficiência. Após o devido esclarecimento, foi possível identificar que 25,7% correspondiam a deficiência física, 17,1% declararam “outra”, indicando a existência de tipos de deficiência não especificados pelo formulário, 8,6% correspondiam a deficiência auditiva e 2,9% a deficiência visual.

Gráfico 3 - Tipo de deficiências

35 respostas



Fonte: Acervo pessoal (2025).

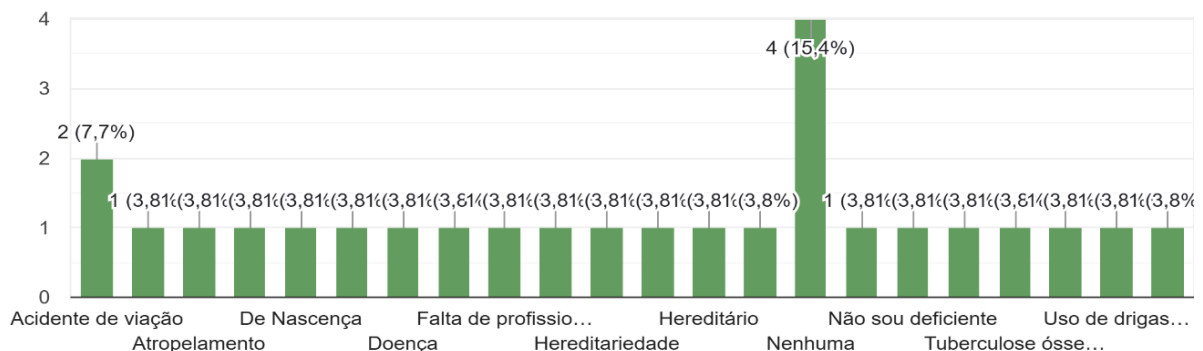
De acordo com a OMS, a deficiência está dividida em vários grupos, entre os quais destacamos a deficiência física, caracterizada por alteração completa ou parcial que compromete os membros; a deficiência visual, caracterizada pela perda da visão; e a deficiência auditiva, caracterizada pela perda da audição.

Em relação à pergunta sobre a origem da deficiência, tivemos um total de 26 respostas, sendo que a participação nesta questão foi facultativa. Destacamos, portanto, alguns aspectos de forma específica: 2 pessoas (7,7%) indicaram acidente de viação; 1 pessoa (3,8%) relatou atrofiamento juvenil desde a infância; 1 (3,8%) por atropelamento; 1 (3,8%) durante a guerra civil; 1 (3,8%) por hereditariedade; 1 (3,8%) por poliomielite; 1 (3,8%) por tuberculose óssea e sarampo; 1 (3,8%) por negligência médica; e 1 (3,8%) por uso excessivo de drogas, conforme descrito no gráfico 4.

Gráfico 4 - Origem da sua deficiência ou do seu familiar

Se você se sentir confortável, poderia compartilhar a origem da sua deficiência ou do seu familiar?"

26 respostas

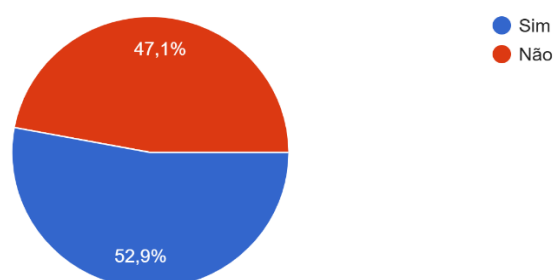


Fonte: Acervo pessoal (2025).

Entre os participantes da pesquisa, a respeito da empregabilidade tanto das pessoas com deficiência quanto de seus parentes, caso estivessem empregados, obtivemos um total de 34 respostas. Destas, 47,1% afirmaram estar desempregados e 52,9% afirmaram estar empregados. Até o momento, esse foi um dos pontos positivos identificados. No entanto, compreender esse aspecto foi apenas um primeiro passo, por isso, foi necessário buscar mais detalhes, conforme pode ser observado no gráfico 5.

Gráfico 5 - Ocupação

34 respostas

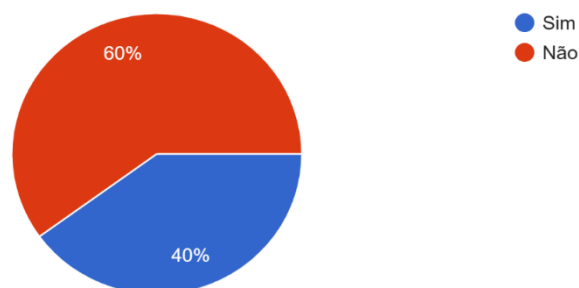


Fonte: Acervo pessoal,2025.

Quando questionados sobre a existência de políticas públicas de inclusão para pessoas com deficiência, obtivemos um total de 35 respostas conforme o gráfico 6. Destas, 21 pessoas, correspondentes a 60%, afirmaram não conhecer nenhum tipo de política de inclusão, enquanto 14 pessoas, ou seja, 40%, disseram ter conhecimento. Alguns relataram ter tomado conhecimento apenas por meio da televisão, jornais e palestras, mas destacaram que essas políticas parecem não surtir efeito prático na sociedade, considerando as diversas dificuldades enfrentadas por essas pessoas.

Gráfico 6. Conhecimento sobre política pública em Angola voltada para inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho.

35 respostas



Fonte: Acervo pessoal,2025.

Com o objetivo de compreender a existência e o impacto das políticas públicas para pessoas com deficiência no mercado de trabalho em Angola, incluiu-se no formulário perguntas argumentativas que possibilitaram, a partir da perspectiva dos participantes, entender as medidas a serem implantadas, as dificuldades enfrentadas no dia a dia, o impacto das políticas públicas de inclusão e as formas de contribuir para uma sociedade mais inclusiva.

O preconceito no ambiente de trabalho ainda é frequente, especialmente em contextos sociais onde as pessoas com deficiência continuam a enfrentar barreiras estruturais. Ao todo, foram obtidas 35 respostas, das quais selecionamos aquelas que mais se alinham aos objetivos da pesquisa, conforme ilustrado nas imagens com as respostas apresentadas.

As respostas também proporcionaram uma visão mais ampla sobre a contribuição das políticas públicas na resolução de questões específicas relacionadas à inclusão no mercado de trabalho angolano. Buscou-se, ainda, identificar sugestões voltadas à melhoria da inserção de pessoas com deficiência. A partir das contribuições dos participantes, é possível perceber que, embora uma pessoa com deficiência possa estar empregada, isso não resume o conceito de inclusão, que envolve, sobretudo, garantir condições de permanência e participação plena de todos na sociedade.

ANÁLISE SOBRE AS POLÍTICAS DE INCLUSÃO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM ANGOLA

A construção de um ambiente verdadeiramente inclusivo vai além da existência de leis, exigindo mudanças que envolvem a rotina do trabalho e ações que possibilitem o acesso e a permanência das pessoas com deficiência na sociedade (Sasaki, 2010). A partir dessa visão, buscou-se, por meio de perguntas argumentativas do formulário, entender a percepção dos participantes sobre os aspectos que viabilizam a inclusão das pessoas com deficiência. Os relatos apresentados revelam uma urgência na priorização de políticas de inclusão eficazes, que garantam não apenas o acesso, mas também práticas que assegurem a continuidade da atuação das pessoas com deficiência no ambiente de trabalho e na sociedade.

Apesar dos grandes avanços de inclusão no mercado de trabalho para as pessoas com deficiência em Angola, os desafios ainda são notórios tanto no setor público e privado, encontrados ainda barreiras tanto no enquadramento como também de permanência. Os relatos apresentados pelos participantes, apresentam que as pessoas com deficiências são muitas vezes discriminadas por serem rotuladas como pessoas incapazes de realizar as atividades consideradas de grande relevância, infelizmente acabando não só por dificultar o enquadramento mais também para poder contribuir no desenvolvimento da sociedade.

As maiores dificuldades apresentadas pelos participantes, incluem a falta de acessibilidade física como rampas e elevadores, apoio de transportes e a flexibilidade dentro do local de trabalho. Foi também relatado a ausência de tecnologias de assistência que de qualquer ajudaria bastante na execução das atividades, ausência adequada de infraestrutura principalmente para cadeirantes que acabam por limitar o acesso e permanência, assim como a capacitação de forma a garantir um profissional mais qualificado a ponto de atender as demandas do cotidiano e se sentir incluído na resolução dos problemas mais específico e gerais.

No que diz respeito à eficiência das políticas de inclusão para pessoas com deficiência, buscou-se compreender não apenas o conhecimento sobre elas, mas também a forma como são aplicadas na resolução dos problemas relacionados à inclusão no mercado de trabalho. O preconceito e o estigma associados à deficiência contribuem para a marginalização dessas pessoas, dificultando sua empregabilidade (Goffman, 1988). A partir das respostas, constatou-se que, apesar dos esforços demonstrados pelo governo, ainda existem dificuldades relacionadas à acessibilidade. No entanto, os participantes acreditam que é possível ampliar os sistemas existentes, de modo a permitir que mais pessoas com deficiência exerçam atividades que contribuam para o desenvolvimento do país.

Em Angola, as pessoas com deficiência ainda enfrentam desafios em relação à efetivação de seus direitos. Através dos relatos dos participantes, foi possível perceber esses desafios, que são atribuídos à falta de fiscalização e à inexistência de políticas públicas de inclusão eficazes. Esses fatores resultam em uma carência que, infelizmente, afeta até a permanência dessas pessoas no mercado de trabalho.

Políticas públicas eficazes são aquelas que consideram a diversidade humana como um elemento central no planejamento. Esse cenário evidencia a urgência de ações governamentais que promovam a inclusão social de forma igualitária, assegurando a participação das pessoas com deficiência no desenvolvimento cultural, social e econômico do país (Diniz, 2007).

Segundo Watch (2013), em Angola, a deficiência ainda é vista de forma secundária, e o preconceito continua a dificultar o avanço das ações relacionadas à inclusão. Com base nas respostas obtidas sobre o apoio do governo e dos setores privados à promoção da inclusão de pessoas com deficiência, foi possível identificar que, apesar do grande esforço do governo, ainda persiste um grande desafio devido ao preconceito predominante. Isso remete à necessidade de um grande esforço não apenas na implementação de políticas de inclusão, mas também em uma fiscalização rigorosa para garantir sua eficácia. Muitas vezes, devido ao alto nível de preconceito, as políticas não conseguem ser efetivamente implementadas.

As sugestões apontadas pelos participantes para a melhoria das políticas de inclusão incluem:

- Criação de mais escolas especiais, a fim de ampliar o ensino profissionalizante;
- Fiscalização do cumprimento das políticas públicas de inclusão nos setores público e privado;
- Ações afirmativas que incentivem a contratação de pessoas com deficiência;
- Apoio com transportes públicos adaptados até o local de trabalho;
- Ampliação do ensino inclusivo, com a formação de professores especializados na área;
- Sensibilização contínua das empresas e da sociedade angolana para o combate ao preconceito;
- Realização de palestras nas escolas sobre deficiência.

Estas contribuições reforçam a relevância desta pesquisa como uma contribuição para futuras ações do governo na implementação de políticas públicas de inclusão mais eficazes. A partir disso, percebe-se uma limitação de oportunidades e fragilidade nas políticas de inclusão para pessoas com deficiência em Angola.

Infelizmente, esses aspectos alinham-se às observações de Nogueira (2008), que aponta que o desinteresse na resolução desses problemas coloca uma barreira para a obtenção da inclusão, tanto na inserção quanto na permanência dessas pessoas no mercado de trabalho, dificultando assim a criação de uma cultura inclusiva. Esses desafios são evidentes tanto nos setores públicos quanto privados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho é um desafio significativo, pois está interligada à estrutura social e até mesmo ao contexto econômico. Apesar da existência de políticas públicas de inclusão, o processo de implementação ainda enfrenta diversos obstáculos relevantes, conforme registrado ao longo da pesquisa.

O presente artigo destaca a importância da ampliação e do fortalecimento dessas políticas. No contexto angolano, implementar políticas não é suficiente — é necessário o compromisso do governo para que elas façam parte efetiva da sociedade, por meio de ações como palestras, principalmente nas escolas.

A participação do setor privado também é fundamental para garantir que Angola se torne um ambiente onde a diversidade e a inclusão sejam prioridades. Não basta apenas a existência

de leis que descriminalizam práticas excludentes; é essencial viver, de forma concreta, a inclusão. Cada cidadão deve sentir-se parte da construção de uma Angola mais justa e inclusiva.

Foi possível perceber, ainda, que, apesar dos projetos voltados à inclusão de pessoas com deficiência, há uma evidente precariedade, tanto na forma como essas pessoas são vistas, ainda marcadas pelo preconceito, quanto na fragilidade das políticas existentes. Quando as informações estão ao alcance de todos, o conhecimento e o acesso às políticas se tornam mais fáceis.

No entanto, a partir das narrativas dos entrevistados, foi possível perceber que há desconhecimento, inclusive, das ações que o governo já realiza com o objetivo de promover a participação de todos no desenvolvimento de Angola. Os desafios relatados pelas pessoas com deficiência demonstram que o mercado de trabalho angolano necessita de maior fiscalização por parte do governo. Por meio dessa fiscalização, será possível avaliar a eficácia das políticas existentes e criar espaços que promovam a inclusão, tanto no setor público quanto no privado.

Ao longo da pesquisa, enfrentou-se diversas dificuldades no acesso à informação, devido à escassez de arquivos, documentos e artigos relacionados ao tema, sobretudo por se tratar de um assunto sensível no contexto angolano. Ainda assim, foi possível reunir dados por meio de jornais, documentários, artigos científicos e fontes confiáveis.

Apesar dos desafios enfrentados, foi possível alcançar os objetivos traçados pela pesquisa. Espera-se que, a partir deste estudo, surjam novas investigações, considerando a relevância do tema e a necessidade de continuidade, a fim de promover um olhar além do preconceito ainda presente na sociedade e permitir o efetivo acesso das pessoas com deficiência ao mercado de trabalho.

Há uma carência de fiscalização mais adequada, com pautas claras, para que cada cidadão se sinta participante, inclusive nas decisões que visem encontrar soluções para os problemas enfrentados pelas pessoas com deficiência, tanto no ambiente de trabalho quanto na sociedade em geral.

Sendo assim, espera-se que as futuras abordagens sobre esta temática incluam aspectos como a convivência no local de trabalho e as ações das autoridades empregadoras, tanto no setor público quanto no privado.

REFERÊNCIAS

ALBERTO, José. **A pessoa com deficiência é vista como inútil em Angola**. DW, 03 dez. 2019. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/a-pessoa-com-defici%C3%A2ncia-%C3%A9-vista-como-in%C3%BAtil-em-angola/a-51519830>. Acesso em: 3 mar. 2025.

ANGOLA. **Constituição da República de Angola**. 1. ed. Luanda: Lexdata – Sistemas e Edições Jurídicas, Lda, fev. 2022. Seção 1.

CRESWELL, John W. **Qualitative inquiry & research design: choosing among five approaches**. 3. ed. Thousand Oaks: Sage, 2013. p. 22.

DINIZ, D. Deficiência e igualdade. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 7–18, jan./mar. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/Q8dNn5XtzfbdBqkhWRTVvgh>. Acesso em: 19 abr. 2025.

FERNANDES, L. P.; COSTA, A. R. Políticas públicas para a inclusão de pessoas com deficiência em contextos africanos. **Estudos sobre Inclusão**, v. 7, n. 1, p. 120–134, 2019.

GIL, Antônio Carlos. Como classificar as pesquisas. **Como elaborar projetos de pesquisa**, v. 4, n. 1, p. 44–45, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

HUMAN RIGHTS WATCH. **Angola: Pessoas com deficiência enfrentam exclusão**. 2013. Disponível em: <https://www.hrw.org/pt/news/2013/10/10/angola-pessoas-com-deficiencia-enfrentam-exclusao>. Acesso em: 19 abr. 2025.

INEFOP. **Quais são dos serviços prestados num centro de emprego? Trabalho e Emprego**, 2020–2021. 2022. Disponível em: <https://www.inefop.gov.ao/auth/home>. Acesso em: 20 jun. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (Angola). **Resultados definitivos: Recenseamento Geral da População e Habitação 2014**. Luanda: INE, 2016. Disponível em: http://www.infoangola.ao/index.php?option=com_content&view=article&id=4654:resultados-definitivos-do-censo-2014&catid=736&Itemid=1816. Acesso em: 12 mar. 2023.

JORNAL DE ANGOLA. **Defendida maior atenção aos cegos**. Publicado: 11 jun. 2015. Disponível em: <https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/detalhes.php?id=335360>. Acesso em: 20 mar. 2023.

JORNAL DE ANGOLA. **Noventa por cento das creches no país não recebem crianças com deficiência**. 2023. Disponível em: <https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/noventa-por-cento-das-creches-no-pais-nao-recebem-criancas-com-deficiencia/>. Acesso em: 18 abr. 2023.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2003.

MACEDO, J. R. (org.). **Desvendando a história da África** [online]. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. (Série Diversidades). p. 240. ISBN 978-85-386-0383-2. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9788538603832>.

MINISTÉRIO DO EMPREGO E SEGURANÇA SOCIAL DE ANGOLA. **Relatório sobre a implementação de políticas de inclusão para pessoas com deficiência**. 2018.

NOGUEIRA, M. A. **A deficiência e os direitos humanos: da invisibilidade à cidadania**. São Paulo: Cortez, 2008.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Nova York: ONU, 2006. Disponível em: <https://www.un.org/esa/socdev/enable/documents/tccconvs.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **A Carta das Nações Unidas**. 1945. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91220-carta-das-na%C3%A7%C3%B5es-unidas>. Acesso em: 18 abr. 2024.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Relatório de Desenvolvimento Humano 2019: com foco nas desigualdades**. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/angola/pnud-publica-o-relatorio-de-desenvolvimento-humano-2019-com-foco-nas-desigualdades>. Acesso em: 20 mar. 2024.

ROCHA, Manuel José Alves (Ed.). **Angola: estabilidade, reformas e desenvolvimento**. 2. ed. Luanda: Luanda Antena Comercial, 1999.

SAMPAIO, Tuane Bazanella. **Metodologia da pesquisa**. Santa Maria, RS: UFSM, CTE-UAB, 2022. p. 60.

SARAVIA, Enrique. Introdução à teoria da política pública. In: SARAVIA, Enrique (Org.). **Políticas públicas: coletânea**. v. 1. Brasília: ENAP, 2006. p. 1–26.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 8. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010.

SILVA, M. J. Inclusão social e mercado de trabalho em Angola: desafios e perspectivas. **Revista Angolana de Sociologia**, Luanda, v. 12, n. 2, p. 45–60, 2020.

UNIÃO AFRICANA. Relatórios da União Africana sobre Direitos das Pessoas com Deficiência: "Relatório Anual sobre Direitos e Inclusão de Pessoas com Deficiência na África" (2022); "**Guia de Boas Práticas para Políticas Inclusivas**" (2020). Disponível em: <https://africanlii.org/akn/aa-au/statement/activity-report/achpr/2022-10-29/working-group-on-the-rights-of-older-persons-and-people-with-disabilities-in-africa-73os/por%402022-10-29>. Acesso em: 8 abr. 2024.